

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

**ANÁLISE DO DESMANTAMENTO NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DE
GUAJARÁ-MIRIM/RO**

**ANÁLISIS DE LA DEFORESTACIÓN EN LAS ÁREAS DE PRESERVACIÓN
PERMANENTE EN LAS ZONA DE AMORTIGUACIÓN DEL PARQUE ESTATAL
DE GUAYARÁ-MIRIM/RO**

Liliana Borges de Oliveira, Universidade Federal de Rondônia/UNIR

lilianaborges82@gmail.com

Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes, Universidade Federal de Rondônia/UNIR

dorisval@unir.br

Prof.^a Dr.^a. Siane Cristhina Pedroso Guimarães, Universidade Federal de Rondônia/UNIR

sianecpg@yahoo.com.br

INDICAR A ÁREA TEMÁTICA: Geografia física e meio ambiente na América Latina

RESUMO

Este trabalho objetiva uma análise do desmatamento nas Áreas de Preservação Permanente - APPs na Unidade de Conservação Parque Estadual de Guajará-Mirim, em Rondônia, mais especificamente na sua Zona de Amortecimento/ Z.A e no interior do Parque. Devido ao acelerado processo do desmatamento nas áreas protegidas em Rondônia, há uma preocupação quanto ao uso descontrolado da sociedade com os recursos naturais em território legalmente protegido. Diante disso, a pesquisa propôs quantificar e analisar os impactos do desmatamento nessas Áreas. Para isso, buscou-se apoiar em investigações em campo para verificar a visão da população diante dos processos de desmatamento na área e no uso do geoprocessamento para a identificação de áreas fragilizadas quanto ao desmatamento, tendo em vista a eficácia destas ferramentas ao serem empregadas em estudos deste parâmetro. Como resultado constatou-se o cálculo total de 13928,13 hectares de Áreas de Preservação Permanentes na área de estudo, deste total, há um déficit de 3097,20 hectares, representando 21,7% de APPs desmatadas ou suprimidas na Zona de Amortecimento. No interior do Parque, foi calculado um déficit de 127,05 hectares de APPs desmatadas. Conclui-se que embora as Áreas de Preservação Permanente, estejam protegidas por lei, efetivamente não ocorre, em decorrência dos interesses econômicos e a falta de fiscalização adequada por parte do poder público, como também da sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Desmatamento, Áreas de Preservação Permanente e Unidade de Conservação.

RESUMEN

Este trabajo objetiva un análisis de la deforestación en las Áreas de Preservación Permanente - APPs en la Unidad de Conservación del Parque Estatal de Guayará-Mirim, en Rondônia, más específicamente en su Zona de Amortiguación / Z.A y en el interior del Parque. Debido al acelerado proceso de la deforestación en las áreas protegidas en Rondônia, hay una preocupación en cuanto al uso descontrolado de la sociedad con los recursos naturales en territorio legalmente protegido. Frente a ello, la investigación propuso cuantificar y analizar los impactos de la deforestación en esas Áreas. Para eso, se buscó apoyar investigaciones en campo para verificar la

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

visión de la población ante los procesos de deforestación en el área y en el uso del geoprosesamiento para la identificación de áreas fragilizadas en cuanto a la deforestación, teniendo en vista la eficacia de estas herramientas al ser empleadas en estudios de este parámetro. Como resultado se constató el cálculo total de 13928,13 hectáreas de Áreas de Preservación Permanentes en el área de estudio, de este total, hay un déficit de 3097,20 hectáreas, representando el 21,7% de APPs deforestada o suprimida en la Zona de Amortiguación. En el interior del Parque, se calculó un déficit de 127,05 hectáreas de APPs deforestadas. Se concluye que aunque las Áreas de Preservación Permanente, están protegidas por ley, efectivamente no ocurre, como consecuencia de los intereses económicos y la falta de fiscalización adecuada por parte del poder público, así como de la sociedad

PALABRAS CLAVES: Deforestación, Áreas de Preservación Permanente y Unidad de Conservación.

INTRODUÇÃO

Estudos voltados para a temática ambiental em territórios legalmente protegidos, como Unidades de Conservação - UCs e Áreas de Preservação Permanente – APPs são cada vez mais utilizados, reflexo do uso excessivo da sociedade com relação aos recursos naturais em áreas protegidas na Amazônia, que apesar da preservação e conservação dessas áreas serem garantidas em Leis, efetivamente não ocorrem.

No entanto, para que essas áreas sejam totalmente protegidas, é necessário que as atividades econômicas e humanas realizadas no seu entorno ou em sua Zona de Amortecimento sejam controladas de forma que os impactos gerados não atinjam a Unidade, haja vista, que áreas protegidas desempenham um papel importante na conservação dos recursos naturais.

Sayer (1991) considera que a principal função da zona de amortecimento é proteger uma variedade de atividades de conservação e desenvolvimento nas áreas circundante aos parques e reservas, como também fornecer benefícios para a população local. Nesse sentido, a zona de amortecimento deve permitir a utilização sustentável com objetivo de colaborar com as necessidades dos moradores da área, mantendo sempre a preservação da unidade.

Porém, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos últimos anos, sobre o desmatamento em Rondônia nos mostram altos índices de desmatamento, deixando o Estado entre os quatro que mais desmatam a cobertura vegetal na Amazônia Legal e suas áreas protegidas, como as Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente têm se tornado alvo cada vez maior do desmatamento ilegal. As principais consequências das ações e pressões sob os territórios considerados protegidos, têm sido o desmatamento e a degradação de seus recursos florestais, que afetam diretamente a biodiversidade a ser preservada, além de outras consequências, como; a remoção da vegetação desses territórios, a redução de áreas e mudanças de status de proteção.

Diante dessa realidade, este trabalho trás um estudo sobre a situação do desmatamento nas Áreas de Preservação Permanente – APPs do Parque Estadual de Guajará-Mirim/RO, mais especificamente na sua Zona de Amortecimento.

O Parque Estadual de Guajará-Mirim (PEGM) possui uma área atual de 207.148.26 ha, está localizado nos municípios Guajará-Mirim e Nova Mamoré, e situado geograficamente entre os paralelos 10° 13' e 10° 47' de latitude sul e os meridianos 63° 58' e 64° 46' de longitude oeste de Greenwich ao norte limita-se com a foz do Igarapé Vertente com o Rio Formoso, com área indígena Karipuna, a leste limita-se com o distrito de Jacinópolis e com terras de propriedade do Grupo de Isaac Benayon Sabba. Faz parte do Centro-Oeste do Estado

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

de Rondônia, inserido em regiões que abrangem o Planalto Residual do Guaporé e a Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional e ao sul confronta-se com a reserva extrativista do rio Ouro Preto, e a área indígena Uru-eu-wau-wau, e ao oeste com reserva extrativista do rio Ouro Preto e distrito de Nova Dimensão (ITERON, 1994).

O Parque é administrado, atualmente, pela SEDAM (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental) com parceria com outras Entidades e Associações como Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que atualmente realiza os estudos para elaboração do Plano de Manejo do Parque, representado abaixo, na figura 01.

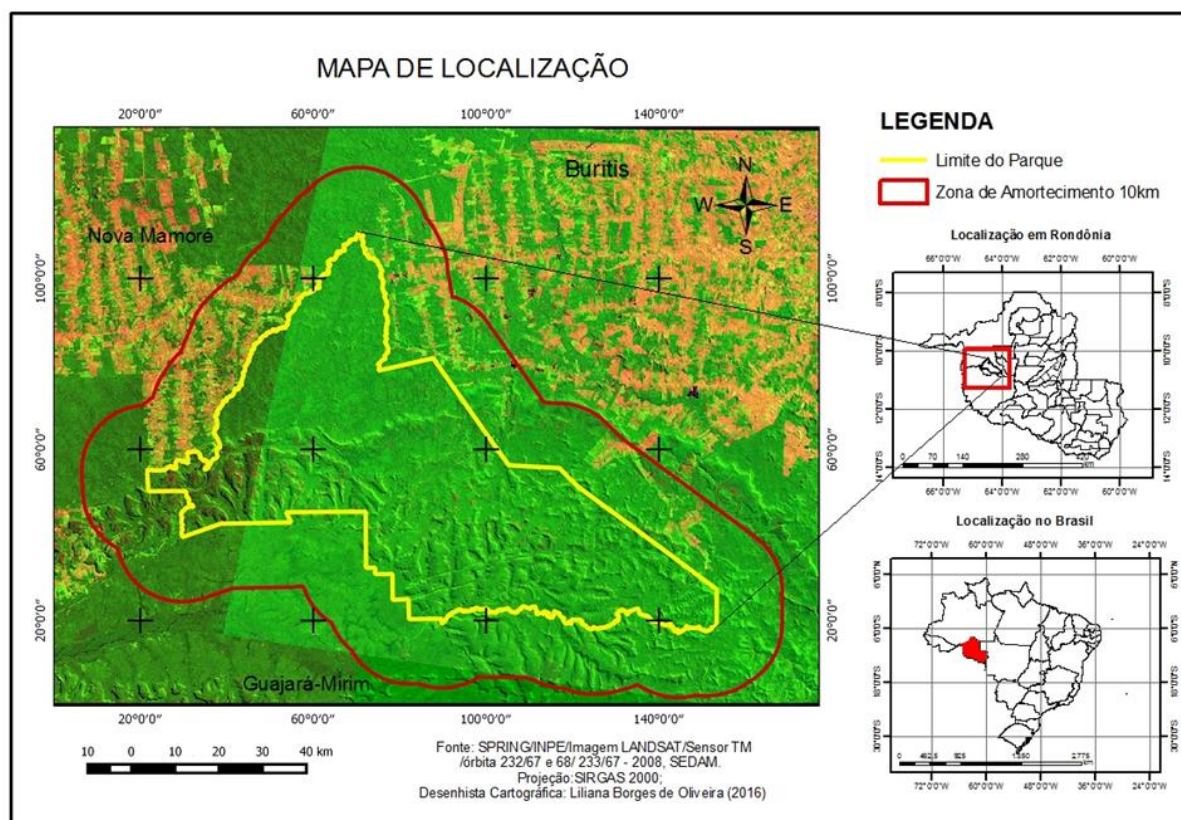


Figura 01: Mapa de Localização do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

A Unidade de Conservação é um território cuja proteção é garantida por lei, conta com regime especial de administração e visa conservar os recursos naturais e a biodiversidade existentes em seu interior. Elas integram-se à estrutura básica de um órgão público, geralmente responsável pelo setor ambiental e ficam a ele subordinadas. O órgão passa a ter responsabilidade pela implantação, gestão e manejo da área. A gestão das UC's envolve diferentes instituições nos três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal e a manutenção dessas unidades requerem ações de monitoramento, fiscalização e gestão por parte do poder público e da sociedade (VALLEJO, 2002).

O Sistema de Unidades de Conservação, o SNUC (2000), criado pela legislação brasileira estabelece proteção legal contra invasão e corte de árvores em Unidades de

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

Conservação, em especial nas que se enquadram na categoria de Uso Indireto. Leis e Decretos nos âmbitos estaduais e municipais também ajudam a estabelecer os limites de utilização dos recursos florestais dentro de UC gerenciadas pelo poder público de cada esfera. Dada à importância desses territórios, é relevante analisar que mesmo diante de todo aparato legal não consegue efetivamente evitar ou mesmo controlar a invasão, exploração e desmate dentro dos limites legais das UCs, em especial em Rondônia. Pois, mais do que criadas, as unidades de conservação devem ser efetivamente implantadas e manejadas, de outro modo se tornam vulneráveis e não conseguem cumprir os objetivos a que se propõem (MILANO, 2001) e (PÁDUA, 2002).

Quanto as Áreas de Preservação Permanentes da área de estudo são muito importantes para um equilíbrio e manutenção não só da Unidade de Conservação, mas de todo o ecossistema local. São áreas reconhecidas como de utilidade pública, de interesse comum a todos e localizadas, em geral, dentro do imóvel rural, público ou particular, em que a lei restringe qualquer tipo de ação, no sentido de supressão total ou parcial da vegetação existente, para que se preservem com as plantas em geral, nativas e próprias que cobrem a região. As APPs mantêm e protegem os recursos hídricos, conserva a diversidade biológica, como as plantas e animais, protege os solos, como também, conserva e protege os rios e reservatórios de assoreamentos.

As Áreas de Preservação Permanente são as áreas localizadas especialmente nas imediações das nascentes e cursos d'água, as lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, os topos de montanhas e serras, as encostas com aclive acentuado, as restingas na faixa litorânea, as vegetações localizadas em altitudes superiores a 1.800 metros.

De acordo com a Lei 12.651 de 12 de maio 2012, no seu parágrafo 4º, é considerado APPs em zonas rurais e/ou urbanas, de acordo com as margens dos rios;

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;*
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;*
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;*
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;*

O Parque Estadual de Guajará-Mirim possui uma intensa rede de drenagem, sendo um dos aspectos relevantes da área de estudo, por estar na base da Serra dos Pacaás Novos, divisor de água entre as bacias do rio Madeira e rio Guaporé, o Parque Estadual de Guajará-Mirim, abriga as nascentes dos mais importantes afluentes do rio Jacu-Paraná na sua margem esquerda, no sentido da Serra dos Pacaás para o rio Madeira. Os mais importantes são os rios Formoso que faz parte dos limites do parque, Rio Capivarí, os igarapés Vertente e Oriente e dezenas de outros cursos d'água fazendo parte hidrográfica do rio Jacu-Paraná (RONDÔNIA, 1995).

A atenção no Parque se dá, por se tratar de uma Unidade de Conservação de proteção integral, que sob a luz da legislação, só é permitido o uso indireto de seus recursos naturais.

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

Nesse sentido, a proposta de trabalho tem como objetivo principal; quantificar e analisar o desmatamento das Áreas de Preservação Permanente - APPs e na Zona de Amortecimento do no interior do Parque Estadual de Guajará-Mirim. Visando contribuir com políticas de fiscalização e manutenção da integridade da Unidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa que propôs quantificar e analisar os impactos do desmatamento nas Áreas de Preservação Permanente da Zona de Amortecimento e no interior do Parque, para isso, buscou-se apoiar no uso do geoprocessamento para a identificação de áreas fragilizadas com o desmatamento, tendo em vista a eficácia destas ferramentas ao serem empregadas em estudos deste parâmetro, e também na investigação em campo, através de entrevistas para verificar a visão da população diante dos processos de desmatamento na área.

As técnicas e ferramentas que auxiliou nessa metodologia, como o uso Geoprocessamento e o Sensoriamento Remoto, são ferramentas de grande potencial nos estudos ambientais, pois garante não só o armazenamento de imagens e informações, mas também, possibilita o cruzamento dos dados, permitindo uma visão mais ampla e precisa da área de estudo. Essas técnicas foram utilizadas para a aferir o desmatamento na Zona de Amortecimento do Parque, juntamente com os produtos de Sensoriamento Remoto (imagens de satélites) foi possível quantificar e avaliar o avanço do desmatamento nas Áreas de Preservação Permanentes na Zona de Amortecimento e no interior do Parque. Uma análise final foi realizada com a verificação em campo, observando através de entrevistas com moradores locais da Z.A do Parque, qual a visão e opiniões deles sobre o desmatamento nessas áreas.

Os produtos de Sensoriamento Remoto, selecionados e utilizados nesta pesquisa foram: Imagens de Satélite LANDSAT sensor TM-5 e ETM+ orbita 232/67, 233/67 e 232/68 de 2016, resolução espacial 30m. Os Programas utilizados foram: o Software SPRING (livre), versão 5.01, neste software foi desenvolvida a maior parte da pesquisa, onde foram tratados os dados cartográficos, através de ferramentas como edição vetorial, onde foram editados e atualizados os arquivos shapefile de drenagem da área. Nessa etapa, foi feita as interpretações das imagens, verificando o desmatamento nas Áreas de Preservação Permanente na Zona de Amortecimento e no interior do Parque.

O software livre Quantum Gis-QGIS Desktop 2.8, serviu como auxílio no SPRING para o processamento de dados e interpretação de imagens. Foi utilizado, também, GPS (Global Positioning System), modelo para navegação de coordenadas UTM (Coordenada Universal Transversade Mercator), utilizada na pesquisa a campo. No Software COREL DRAW, versão 13.2, foi utilizado para finalizar e concluir os mapas de localização e de desmatamento das APPs e o Microsoft Excel utilizado para tabulação dos dados das entrevistas e geração de gráficos com dados finais das entrevistas. Os equipamentos utilizados foram: Computador, Notebook HP, Câmera Fotográfica e impressora para impressão final da pesquisa.

Para elaboração dos mapas de resultados foi utilizando técnicas de sensoriamento e geoprocessamento com a ferramenta editar vetorial no SPRING-INPE, foi possível adensar a drenagem e elaborar as Áreas Preservação Permanente na área de estudo, por meio da função (mapa de distância) e através da interpretação de imagens do ano de 2016. Após a elaboração

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

e classificação em (floresta e áreas desmatadas), das Áreas de Preservação Permanentes, foi realizado através da ferramenta (temático/medidas de classe/SPRING).

Em campo foram realizadas as entrevistas semi-estruturada com os moradores da Zona Amortecimento do Parque Estadual de Guajará-Mirim, onde foram aplicadas as perguntas pré-definidas que interessam e respondem aos objetivos da pesquisa. A escolha da aplicação de entrevista semi-estruturada teve como objetivo o levantamento de informações sobre os tipos de ações realizadas nas Áreas Preservação Permanentes e do uso sobre a Zona de Amortecimento do Parque.

O tipo de amostragem escolhida foi Amostragem Aleatória Simples, que possibilita que qualquer membro do universo da pesquisa ou da população possa ser representado na amostra, podendo ser escolhidos aleatoriamente.

Para definição do tamanho da amostra, a pesquisa foi baseada em Andriotti (2003). Este autor define que para descobrirmos o tamanho mínimo de uma amostra é necessário a utilização de duas formulas; a primeira utiliza o erro amostral tolerável, definida pelo próprio pesquisador para obtenção do resultado que será utilizado na segunda formula. Observando que a primeira formula, completa a segunda, para então chegar ao resultado final que é do tamanho mínimo da amostra que foi aplicada nas entrevistas à campo.

$$1^{\text{a}} \text{ Formula: } n = \frac{1}{E^2}$$

n= Tamanho da população, (que nesse caso não é levado em consideração).

E= Erro amostral tolerável.

Sendo definido para esta pesquisa, 95% de confiabilidade e 5% de margem de erro, ficando definido na formula.

$$n = \frac{1}{E^2} \quad n = \frac{1}{5.5} \quad n = 25$$

E= Erro amostral tolerável = 5%.

n= tamanho da amostra ou população = 25.

Na segunda formula foi utilizado o resultado da primeira, para obter o resultado final que é o tamanho mínimo da amostra que será aplicado na pesquisa. Sendo que para essa pesquisa o tamanho do N = Universo Amostral é 350 lotes, sendo as propriedades existentes na Zona de Amortecimento do Parque, que são o total de parcelas georreferenciadas disponíveis no acervo fundiário do INCRA e pelo SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária) as entrevistas foram desenvolvidas apenas nos lotes, com parcelas georreferenciadas na Zona de Amortecimento do Parque.

$$2^{\text{a}} \text{ Formula: } n = \frac{(N.n_0)}{(N+n_0)}$$

N= Universo Amostral = 350

n₀= tamanho da amostra, resultado da 1^a formula = 25.

$$n = \frac{(350.25)}{(350 + 25)} = \frac{8.750}{375} \quad n = 23,3$$

Definindo como resultado final, a pesquisa teve um Universo Amostral de 350 lotes, e uma amostragem de 23 entrevistas com os moradores, realizada na Zona de amortecimento do Parque. A entrevista também foi realizada com 01 morador que trabalha e cuida do Parque e uma entrevista com 01 representante do órgão gestor, o Coordenador de Unidades de Conservação – CUC/SEDAM. Após as entrevistas foram feitas as tabulações dos dados e informações coletadas nas entrevistas para análise final dos resultados.

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

RESULTADOS ESPERADOS E HIPÓTESES

As Áreas de Preservação Permanentes da área de estudo são muito importantes para um equilíbrio e manutenção não só da Unidade de Conservação, mas de todo o ecossistema local. São áreas reconhecidas como de utilidade pública, de interesse comum a todos e localizadas, em geral, dentro do imóvel rural, público ou particular, em que a lei restringe qualquer tipo de ação, no sentido de supressão total ou parcial da vegetação existente, para que se preservem com as plantas em geral, nativas e próprias que cobrem a região.

Uma vez instituídas existe a competência do poder público em monitorá-las e preservá-las. No entanto, manter esse tipo de vegetação em áreas em que ocorre um crescente avanço do desmatamento não é tarefa fácil, tendo em vista, os problemas ambientais que a remoção dessa vegetação poder causar, como assoreamentos, poluições dos cursos d'água dentre outros.

Utilizando técnicas de sensoriamento e geoprocessamento com a ferramenta editar vetorial no SPRING-INPE, foi possível adensar a drenagem e elaborar as Áreas de Preservação Permanente na área de estudo, por meio da função (mapa de distância) e através da interpretação de imagens do ano de 2016, e após a classificação em (floresta e áreas desmatadas), das Áreas de Preservação Permanentes, foi realizado através da ferramenta (temático/medidas de classe/SPRING) o cálculo total de 13928,13 hectares de Áreas de Preservação Permanentes na área de estudo. Deste total, há um déficit de 3097,20 hectares, representando 21,7% de APPs desmatadas ou suprimidas na Zona de Amortecimento, representado na (figura 02).

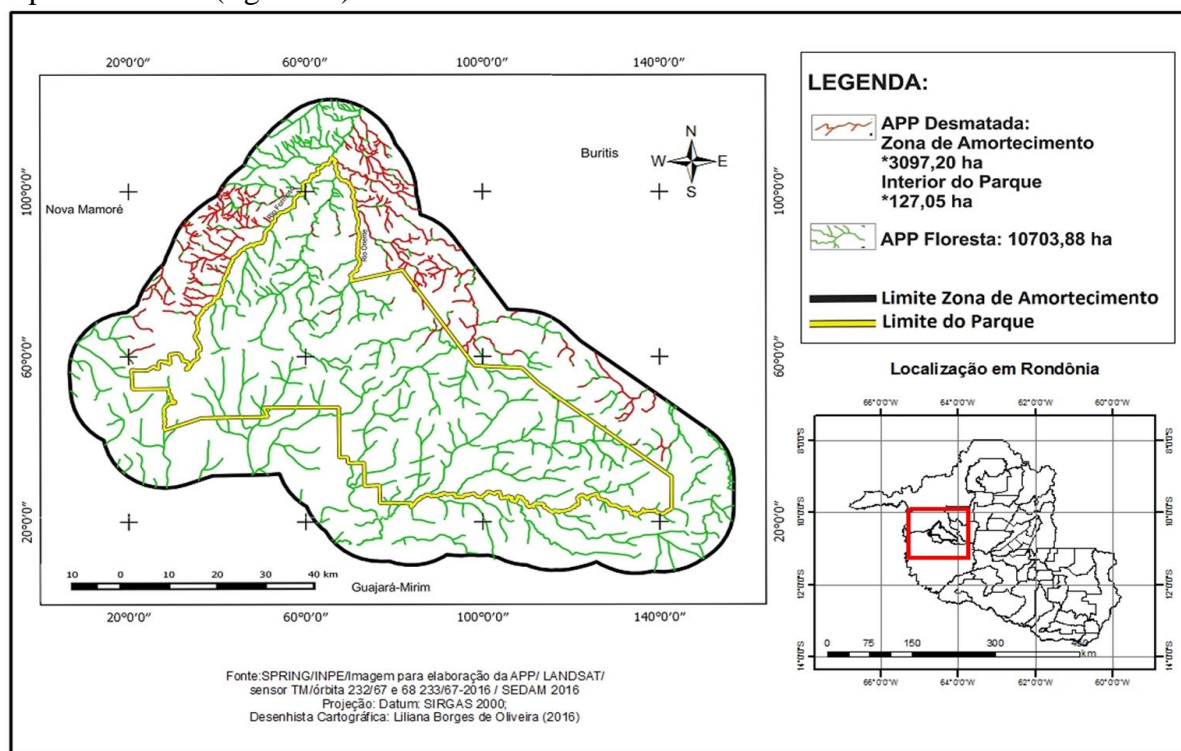


Figura 2: Mapa de desmatamento das Áreas de Preservação Permanentes do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

A pressão antrópica e o processo de ocupação irregular nessas áreas têm sido a causa da redução dessa vegetação. No interior do Parque, foi calculado um déficit de 127,05

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

hectares de APPs desmatadas, dado alarmante, uma vez que essas áreas necessitam ser preservadas, principalmente por estar no interior de uma Unidade de proteção integral. A remoção dessa vegetação no interior do Parque se dá, principalmente por invasores para retirada ilegal de madeira.

Diante da exposta situação das APPs, observa-se que à medida que, o desmatamento avança sobre a Zona de Amortecimento, aumenta também os riscos sobre as Áreas de Preservação Permanente, tanto no entorno, como no interior do Parque. A verificação a campo foi importante, para a constatação da visão e informação dos moradores da Zona de Amortecimento, quanto a preservação da Unidade, como também, das Áreas de Preservação Permanente, nesse sentido, observou-se que 39% dos entrevistados não souberam informar se o Parque é bem preservado ou não, assumem não ter conhecimento a respeito e que também não são informados por nenhum órgão responsável pelo Parque sobre sua preservação. Apenas 26% dos moradores entrevistados, acham que o Parque não é bem preservado como deveria ser, mas que também, confirmam e percebem o avanço do desmatamento tanto na Zona de Amortecimento como no interior do Parque, mas não sabem como ajudar na preservação da Unidade.

Das informações e conhecimento da Preservação das Áreas de Preservação Permanente, observou-se a inexistência de informação aos moradores sobre a preservação dessas áreas e a sua importância para meio ambiente. Dentre os pesquisados; 87% não souberam responder e 13% falaram a respeito da importância de se preservar as APPs. Ao entrevistar o representante do órgão gestor, foi percebido que as informações sobre a importância e preservação dessas áreas, são existentes, mas insuficiente. O órgão gestor afirma que existe reuniões com representantes dos Conselhos locais, para discutirem sobre as ações ambientais no Parque, mas reconhecem, que apenas essa reuniões não são suficiente, necessitando de mais ações e práticas que envolvam toda a comunidade local.

O Parque possui uma boa parte de sua delimitação formada por rios como o rio Formoso e Vertente, e mesmo sendo delimitação, estes rios não são obstáculos para entrada no interior do Parque, podemos observar na (figura 03).

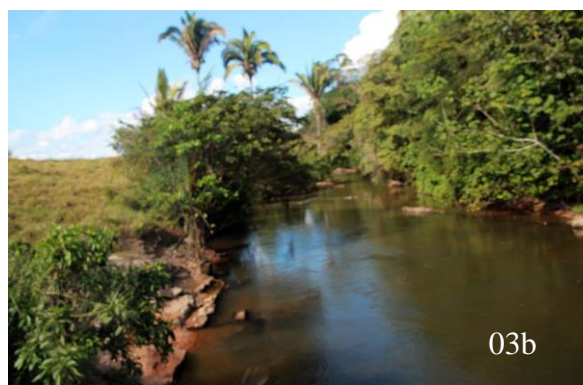


Figura 03: 03a. Ponte sobre o rio Vertente, entrada ilegal para o Parque; 03b. Rio formoso, limite e entrada do Parque.

Observa-se na (figura 03a), uma ponte irregular feita a parti de toras de madeira sobre o rio Vertente dando acesso ao interior do Parque e na (figura 03b), observa-se o rio Formoso em uma das delimitações do Parque que a parte referente ao lado esquerdo na zona de Amortecimento já se encontra desmatada.

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

CONCLUSÕES FINAIS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu um estudo das ações antrópicas desenvolvidas na Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Guajará-Mirim, o qual avaliou e quantificou o desmatamento na Zona de Amortecimento e no interior do Parque, abrangendo especificamente o desmatamento nas Áreas de Preservação Permanente - APPs. De acordo com os resultados, observa-se a inconformidade com a legislação vigente, a qual determina a sua preservação.

Um dos principais motivos da remoção da vegetação sobre essas áreas estar associado à fiscalização dessas áreas que não ocorre de acordo com a legislação vigente, como também, da comunidade local, pois não é dada a devida importância, uma vez que as APPs destinam-se a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos da área. É importante que seja observada a efetivação e a gestão pública nas áreas protegidas do Estado, de forma que, não só as Unidades de Conservação, como também, nas Áreas de Preservação Permanentes, sejam preservadas de acordo com o que é estabelecido para esses territórios.

A preocupação com essa problemática é justamente a destituição de categoria em muitas Unidades de Conservação, pois as ações e operações em combate ao desmatamento através do órgão gestor só após os processos de invasão, ou da retirada de madeira ilegal, em muitos casos já não são eficazes. No Parque especificamente percebe-se que as causas do avanço do desmatamento na Zona de Amortecimento e no interior do Parque dar-se pela ocupação irregular, exploração madeireira ilegal e pela pecuária realizada no local, motivados pela má gestão e a falta de fiscalização intensiva e preventiva por parte do órgão gestor da Unidade, o qual deveriam realizar atividades de incentivo a preservação com informações ambientais com os moradores na área, que aprimoraria parcerias para a preservação do Parque, até mesmo da sobre o entorno da unidade de conservação.

Sendo assim, o Parque requer atenção especial, sobre tudo, que pesquisadores, governo e comunidade em geral assumam uma posição diante dessa realidade, na proteção e conservação das suas Áreas de Preservação Permanentes na Unidade. Diante disso, a gestão compartilhada efetiva seria uma das soluções para minimizar o desmatamento na Unidade, pois envolveria não só os órgãos governamentais como também a sociedade local.

REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, J. L. S. **Fundamentos de Estatística e Geoestatística**. Editora Unisinos. São Leopoldo/RS, 2003.

ITERON. Instituto de Terras e Colonização de Rondônia. **Parque Estadual de Guajará-Mirim; Estudo Socioeconômico e Fundiário**. Fevereiro de 1994.

MILANO, Miguel Serediuk. **Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade**. In: Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas

XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia

II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia

PADUA, M. T. J — **Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo.** In: Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências, Miguel Sereduik Milano (org.) — Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p. 7 — 13. 2002.

RONDÔNIA. GOVERNO DO ESTADO - **Avaliação Ecológica Rápida do Parque Estadual de Guajará Mirim.** SEPLAN/SEDAM/PLANAFLORO/PNUD – Projeto de Cooperação Técnica, BRA/94/007. Porto Velho, Junho de 1995.

SAYER, J. - **Rainforest Buffer Zone.** Gland: IUCN - The World Conservation Union, Forest Conservation Programme, 1991.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação.** Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. DOU. 19 de julho de 2000.

VALLEJO, L.R. Unidade de Conservação: **Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas.** Geographia (Niterói), v.4, n.8, p.51-72, 2002.